



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA**

**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE CURITIBA - PROJUDI**

Rua da Glória, 362 - 6º andar - Centro - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: 41-32004732 - E-mail: ctba-27vj-s@tjpr.jus.br

**Autos nº. 0001531-54.2021.8.16.0038**

Processo: 0001531-54.2021.8.16.0038

Classe Processual: Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Assunto Principal: Duplicata

Valor da Causa: R\$66.698,94

Autor(s): • JEFER PRODUTOS SIDERURGICOS EIRELLI representado(a) por Jefferson Fernando Sanches

Réu(s): • EXPF BRASIL ESTRUTURA METÁLICA EPP

**ANALISADOS E ESTUDADOS estes autos nº 0001531-54.2021.8.16.0038 de Pedido de Falência proposto por JEFER PRODUTOS SIDERÚRGICOS EIRELI em face de EXPF BRASIL ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI EPP.**

## **I – RELATÓRIO**

**JEFER PRODUTOS SIDERÚRGICOS EIRELI** propôs o presente pedido de Falência em face de **EXPF BRASIL ESTRUTURAS METALICAS EIRELI EPP**. Alegou ser credor da requerida da quantia de R\$ 52.967,80. Requereu que a parte ré deposite a importância devida, ou que seja decretada a falência. Juntou documentos (mov. 1.2 a 1.7).

O Juízo da Vara Cível de Fazenda Rio Grande declinou da competência, e o processo foi redistribuído para este Juízo.

Os comprovantes de recebimento de protesto foram juntados no mov. 29.2 a 29.4.

Após o insucesso nas tentativas de citação, foi determinada a citação por edital (mov. 100.1). Após o decurso do prazo, sem manifestação, foi nomeado curador especial (mov. 109.1).

Foi apresentada contestação no mov. 113.1. Foi alegada a nulidade da citação por edital, alegando que a carta de citação endereçada ao estabelecimento da ré foi recebida sem ressalvas. Disse que a renovação da diligência vai de encontro com o CPC e jurisprudência e que é presumível a validade da citação. Requereu que seja considerada válida a citação de mov. 45.1, com a declaração de revelia da ré. Apresentou contestação por negativa geral. Requereu arbitramento de verba honorária ao curador especial.

A parte autora impugnou a contestação no mov. 119.1. Destacou que o mérito da questão não foi apreciado na contestação, e que mesmo que seja reconhecida a nulidade da citação por edital, o réu continua sendo revel.

Este é, em síntese, o relatório.



## II – FUNDAMENTAÇÃO

### 1. Da alegação de nulidade da citação por edital:

Os motivos que levaram à determinação da citação por edital foram claramente dispostos na decisão de mov. 100.1. As cartas de citação juntadas nos mov. 45 e 46 não podem ser consideradas válidas, diante do contido na certidão de oficial de justiça de mov. 88 que informou que outra empresa funcionava no local.

Assim, é válida a citação por edital.

### 2. Da Revelia

É imperioso o reconhecimento da revelia, com seu efeito, nos termos do art. 344 do CPC, eis que não vislumbro nos autos a ocorrência de nenhuma das situações previstas no art. 345 do CPC. Todavia, como a revelia não gera efeitos absolutos, passo à análise do caso.

### 3. Do mérito

A nota que deu origem à demanda está juntada no mov. 1.5. O comprovante de recebimento do produto está assinado, no mov. 1.6, e o instrumento de protesto consta do mov. 1.7.

A duplicata, assim como o comprovante de recebimento do protesto, constam do mov. 29.2 e apontam como devedor do título 00003132302 a requerida EXPF Brasil Estruturas Metálicas, com o valor de R\$ 26.483,50 em 11/08/2019.

Verifica-se, portanto, que houve efetivo negócio jurídico entre as partes, e mora do devedor. Revel, este em nenhum momento comprovou que o valor não era devido, e o título que foi objeto de protesto, teve seu valor atualizado no mov. 1.4 e mesmo sem o cômputo de juros moratórios ultrapassou o valor de 40 salários mínimos, que é um parâmetro objetivo:

**Art. 94.** Será decretada a falência do devedor que:

I - sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;-

A decretação da falência está adstrita à observância dos requisitos dispostos na lei falimentar, que estão devidamente preenchidos, conforme fundamentado. Ainda, cabe citar:

FALÊNCIA. PEDIDO COM FUNDAMENTO NO ART. 94, I DA LEI 11.101 /05. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. SOCIEDADE EMPRESÁRIA



AUTORA QUE RECORRE DO DECISUM. DUPLICATAS ACOMPANHADAS DE NOTA FISCAL E COMPROVANTE DE ENTREGA DE MERCADORIA. IMPONTUALIDADE. PROTESTO ESPECÍFICO PARA FINS DE FALÊNCIA. DESNECESSIDADE. SÚMULA 361 DO STJ. AUSÊNCIA DE QUALQUER CAUSA DE SUSPENSÃO OU DE EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO. ART. 96 DA LEI. REQUISITOS DO ART. 94, I, DA LEI Nº 11.101/05. DESNECESSIDADE DA COMPROVAÇÃO INEQUÍVOCA DO ESTADO FALIMENTAR. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO ELISIVO (ART. 98 DA LEI Nº 11.101/05). INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. RECURSO PROVIDO. A exigibilidade pública do título de crédito e demonstrada a impontualidade através do protesto, cuja intimação da devedora foi formalizada pessoalmente, autoriza a decretação da falência, quando não está presente qualquer das outras causas enumeradas no art. 96 da lei de regência. (TJPR - 17ª C.Cível - 0001615-19.2015.8.16.0021 - Cascavel - Rel.: Lauri Caetano da Silva - J. 18.05.2018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE FALÊNCIA. DECRETAÇÃO DA QUEBRA. INSURGÊNCIA. DESVIRTUAMENTO DO INSTITUTO FALIMENTAR. INOCORRÊNCIA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. ARTIGO 94, I, DA LEI 11.101/05. IMPONTUALIDADE INJUSTIFICADA DE DÉBITO CONSUBSTANCIADO EM TÍTULO PROTESTADO, EM VALOR SUPERIOR A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. INSOLVÊNCIA PRESUMIDA. OBSERVÂNCIA AO TEOR DA SÚMULA 361, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

(TJPR - 18ª Câmara Cível - 0024691-96.2019.8.16.0000 - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU HUMBERTO GONCALVES BRITO - J. 20.04.2020)

Assim, a decretação de falência é medida que se impõe.

### III – DISPOSITIVO

1. Expostas estas razões, pelas razões acima invocadas e com fulcro no arts. 94, I, e 99 da Lei 11.101/2005, JULGO ABERTA, hoje, no horário de inserção no sistema, a FALÊNCIA de EXPF BRASIL ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 24.873.442/0001-00, com sede na Av. Paraná, 4342, bairro Estados, em Fazenda Rio Grande, que tem como sócia administradora Dagmara da Silva Magalhães.
2. Fixo o termo legal da falência no 90º dia anterior primeiro protesto por falta de pagamento.
3. Fixo honorários advocatícios em R\$ 1.000,00 (um mil reais) em favor do curador especial, Dr. Matheus Martins Kracik, sendo que este valor deverá ser incluído no QGC.
4. Nomeio administrador judicial o **escritório MARQUES ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**, sob a responsabilidade do Dr. **MARCIO R. MARQUES**, concedendo-lhe o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para assinatura do Termo de Compromisso Legal e para imediatamente dar início ao cumprimento de



suas obrigações, na forma do disposto no artigo 22 da LRF, podendo decidir, em caso de conveniência justificada, a imediata lacração do estabelecimento do falido a fim de que não sejam prejudicados interesses de terceiros.

5. A audiência de oitiva do falido será realizada diretamente perante o Administrador Judicial, que deverá designar a data, em prazo não superior a 15 (quinze) dias da decretação da falência (art. 104, I), e solicitar à Secretaria a disponibilização do sistema para a realização.

6. O administrador deverá, em até 60 (sessenta) dias a contar do termo de nomeação, apresentar plano detalhado de realização dos ativos, inclusive com a estimativa de tempo, observando-se o disposto no art. 99, XII, § 3º da Lei 11.101/2005.

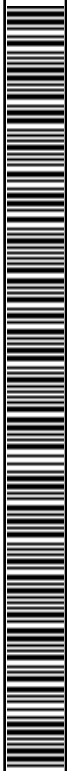
7. Intime-se a falida para em 05 (cinco) dias apresentar eventual relação de credores (art.99, inciso III) - indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, sob pena de desobediência.

8. Ainda: a) ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra o falido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei; b) proíbo a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido, sem prévia autorização judicial; c) concedo o prazo de quinze (15) dias para as habilitações de crédito diretamente ao administrador judicial, contado da publicação do edital previsto no art. 99, parágrafo único da Lei 11.101/05 (artigo 99, inciso IV c/c § 1º do art. 7º da LF).

9. Diligencie o Cartório pelas seguintes providências: a) a publicação de edital contendo a íntegra da decisão que decreta a falência e a relação de credores; b) a **intimação eletrônica** das Fazendas Públicas Federal, do Estado do Paraná e do Município de Curitiba, para que tomem conhecimento da falência, inclusive para o fim de suspender o CNPJ e inscrição estadual do falido; c) a expedição de ofício ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal para que procedam à anotação da falência no registro da falida, para que conste a expressão "Falido", a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da LRF; d) a expedição de ofício à Receita Federal para que informe a existência de bens e direitos da sociedade empresária falida; e) a expedição de ofício ao Detran solicitando o imediato bloqueio de qualquer transferência de veículo em nome da empresa e para que informe por meio de certidão histórica a existência de veículos em nome da mesma; f) Ofício a Junta Comercial informando a decretação de quebra e solicitando que remeta aos presentes autos todos os atos do falida lá arquivados; g) À receita Estadual e Federal para que encaminhem as declarações da empresa falida referentemente aos exercícios de 2010 em diante; h) expedição de ofício via SerasaJud para informar quanto à decretação da falência; i) expedição de ofício à Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região afim de que seja comunicado aos Juízos Trabalhistas quanto à decretação de falência; j) expedição de mandado de arrecadação e avaliação de bens, que deverá ser acompanhada pelo Sr. Administrador Judicial; k) Ofício a todos os cartórios registrais e notariais de Curitiba e Região Metropolitana para que remetam a esse juízo todas as matrículas, escrituras públicas e procurações em que conste como parte a empresa falida e, no caso das matrículas, anote a existência da presente ação falimentar .

10. Cientifique-se o Ministério Público.

**Intimem-se. Diligências necessárias.**



**Curitiba, 21 de fevereiro de 2024.**

***Mariana Gluscynski Fowler Gusso***

***Juíza de Direito***